O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AGRONEGÓCIO SOFRE MENOS

A ECONOMIA brasileira passa por seu pior momento desde a estabilização da inflação, ocorrida após a criação do real, em 1994. As projeções do mercado financeiro apontam para uma retração do PIB em 2015 – próximo de 3% – e em 2016. Como, no ano passado, a economia também não registrou crescimento, se as projeções se confirmarem, passaremos pelo período recessivo mais longo desde o início dos anos 90. A retração do PIB brasileiro durante este triênio será superior à queda registrada durante o Plano Collor, no início da década de 1990. A crise política, ainda sem solução à vista, impede que a crise econômica seja contornada. Esta situação política não pode durar para sempre, mas teremos que esperar pelo menos entre trinta e sessenta dias para ver alguma luz no final do túnel.

A situação é agravada pela falta de confiança, com consequências sobre a demanda agregada:

- O alto endividamento das famílias, amparado pela política de expansão de crédito do Governo, torna pouco provável uma expansão do consumo;
- O quadro recessivo atual não estimula a realização de investimentos privados na produção – há capacidade ociosa em vários setores da economia;
- O ajuste fiscal indica que os gastos do Governo devem ser contidos, ou seja, não se espera que ocorram estímulos significativos por esta via.

O único componente que pode trazer algum alívio para a economia brasileira vem do setor externo. A depreciação do real frente ao dólar nos últimos meses representa um estímulo às exportações.

Nesse contexto, o setor que está sofrendo menos com o atual momento econômico é o do agronegócio. Se, por um lado, o quadro recessivo pode reduzir a demanda interna por determinados produtos, por outro, a elevada cotação do dólar – superior a R$ 4,00 no momento de fechamento desta edição – traz benefícios:

- Favorece as exportações dos produtos agropecuários, pois nossos preços tornam-se mais atrativos em relação aos de outros mercados;
- Garante a adequada remuneração em reais dos produtores, em um cenário de preços internacionais em queda.

No mercado internacional, desde o primeiro semestre de 2014, os preços em dólar das *commodities* agrícolas passaram a registrar forte queda. Para o produtor no Brasil, ao menos em parte, esta queda foi compensada pela alta cotação do dólar. Os argumentos que buscam explicar esta queda nas cotações das *commodities* agrícolas envolvem: a desaceleração da economia mundial, em especial da economia chinesa, e o fim da política monetária expansionista norte-americana, com a manutenção da taxa de juros no intervalo de 0,00% a 0,25% a.a. No entanto, como mostra análise da ***Agroanalysis***, estes dois movimentos não representam uma crise para o agronegócio, ao menos até o momento.

A nova conjuntura do agronegócio configura um cenário que combina preços das *commodities* mais baixos, custos de produção mais elevados, crédito mais escasso e mais caro, maiores exigências ambientais e trabalhistas e mudança do pacote tecnológico. Este cenário coloca novos desafios para todos: formuladores de políticas

públicas, entidades de classe, representantes do setor, pesquisadores e, principalmente, produtores. A FGV Projetos tem realizado estudos tanto para o setor privado, quanto para o setor público, para ajudá-los a superarem os desafios da conjuntura atual. Para o setor público, o planejamento agropecuário permite buscar soluções para questões sociais e econômicas, ao direcionar corretamente os investimentos públicos e atrair capital privado, potencializando as aptidões dos estados ou dos municípios.

Para reduzir os riscos do produtor, em 2005, teve início o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que oferece ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção com custo reduzido. Desde 2010, há falhas no planejamento, na execução e no pagamento do seguro. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16, em junho, o governo federal prometeu R$ 700 milhões para o PSR. Se o Governo não honrar este compromisso, 70 mil operações com mais de trinta atividades em 7,3 milhões de hectares ficarão sem a cobertura do seguro rural no País.

Na entrevista do mês, tem-se a presença oportuna de Carlos Augusto Klink, secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Estamos bem próximos da realização da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em Paris, no final de novembro e no início de dezembro. O seu principal objetivo é costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases do efeito estufa e, consequentemente, limitar o aumento da temperatura global, projetada em 2ºC até 2100. O Brasil prepara propostas ousadas e espera ser protagonista mundial sobre esse assunto.

Para finalizar, uma nota especial sobre a comemoração, em 16 de outubro, do Dia Mundial da Alimentação – data de fundação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) –, que pretende chamar a atenção para as questões relacionadas à alimentação saudável e estimular a consciência social sobre o problema da fome no mundo. O tema da FAO para 2015 é "Proteção Social e Agricultura: quebrando o ciclo da pobreza rural". ■

